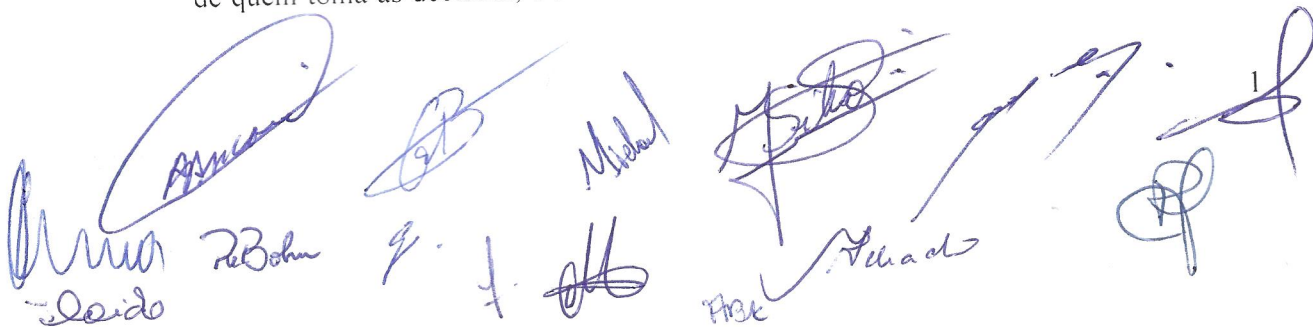


## FABS MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO

ATA Nº 04/2015

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de 2015, os membros do CAODFABS, nomeados pelas Portarias nº 69/SG/14 e 48/SG/2015. Presentes os **TITULARES**: Eliseu Morin, Michael Gindri Bueno, João Batista Rodrigues da Silva, Renato Alves Ribas, Alfredo Amaral Obregon, Sandra Maria Back Ferreira, Gilberto Bomm **SUPLENTE** : Rosani M L Stocker, Rosemari Machado, Guilherme Rademacher Aiolfi, Daiani Mello dos Santos, compareceram às 9 horas, na Sala de reuniões da Contadoria da Câmara desse Município de, com o atuário Joel Fraga, representante da empresa CSM CONSULTORIA E SEGURIDADE MUNICIPAL, com contrato anual de prestação de serviços, incluindo a elaboração do cálculo atuarial anual. A empresa elaborou a Nota Técnica 2978/2015, o qual já foi dado conhecimento aos Conselheiros com cópia enviada por email para cada membro em 17 de setembro de 2015, e cópia aos titulares nesta data. Dando início aos trabalhos, o atuário passou a discorrer sobre as dificuldades que os RPPS, Municípios e economia em geral vem enfrentando, e como uma situação afeta a outra. Explicou que o cálculo atuarial é um demonstrativo de quanto o Município vai gastar para manter a previdência, o objetivo é garantir que o regime terá recursos no futuro, para honrar seus compromissos previdenciários; o cálculo apresenta uma sugestão de custeio. O FABS de Santo Ângelo, em 2002 apresentava um saldo financeiro que representava 0,66% das suas necessidades, em 2012 este percentual passou para um pouco acima dos 10%, não apresentando evolução desde então. O Cálculo atuarial tem um plano de custeio sustentado por um quadrupé, que possibilita maior segurança para o equilíbrio do sistema, composto de Contribuição do servidor, contribuição patronal, compensação previdenciária e Juros ou seja, os ganhos com o capital investido no Mercado. O Plano de Custeio é a longo prazo, com receitas para cobrir despesas com uma pequena sobra para formar poupança, ou as reservas matemáticas. Os cálculos podem ser apresentados de formas diferentes, contudo o resultado final deverá ser o mesmo, no caso de Santo Ângelo, sempre se optou por pagar menos no presente e ir alongando esta alíquota para o futuro, mas mantendo o pagamento das despesas com alguma sobra, estas decisões impactam que no futuro sempre se paga mais. Foram realizados estudos de diferentes cenários, com solidariedade diferentes impactando na alíquota patronal normal, hoje temos Solidariedades iguais, mantendo-se a última opção. O Plano de custeio de 2016 a 2040 é de contribuição do servidor 11%, Empregador normal 12,30%, empregador especial 53,50%, totalizando 76,80%, com escalonamento, conforme tabela 8 do cálculo. Segundo o atuário, analisados todas as condicionantes do Município de Santo Ângelo, o regime de capitalização é a melhor opção, sendo que a segregação de massa se mostra uma das piores opções para os RPPS, em todo caso o MPS (Ministério da Previdência Social), condiciona, se implantado segregação de massa, a preservação do Patrimônio existente no RPPS. A manutenção do Plano de Custeio, com escalonamento de alíquotas, mostra-se, ainda a melhor opção para o Município de Santo Ângelo. Ainda salientou que o FABS, tem dois pontos positivos, a compensação previdenciária que apresenta excelentes resultados e a gestão financeira, que apesar, de ao longo dos últimos 5 anos, ter apresentado uma pequena perda em relação à meta atuarial, de 0,57% que é insignificante no contexto geral, tem auferido ganhos no mercado financeiro superiores a Institutos Previdenciários de maior expressão no Estado do RS. Conforme a Nota Técnica item 4.11 – Taxa de Retorno do Fundo, auferiu rentabilidade acumulada de 77,47%, enquanto a Meta Atuarial prevista foi de 78,49% (INPC + 6%), ainda que uma Assessoria, até pode melhorar a gestão, mas os resultados sempre dependerão de quem toma as decisões, e não aconselha a contratação de Consultoria. O bônus demográfico,

  
Eliseu Morin, Michael Gindri Bueno, João Batista Rodrigues da Silva, Renato Alves Ribas, Alfredo Amaral Obregon, Sandra Maria Back Ferreira, Gilberto Bomm, Rosani M L Stocker, Rosemari Machado, Guilherme Rademacher Aiolfi, Daiani Mello dos Santos, Joel Fraga.

encontra-se no seu estágio final, onde existe mais contribuintes, do que pessoas usufruindo do sistema, assim as previdências cada vez se tornarão mais caras, Santo Ângelo, pelo Cadastro, base do cálculo, apresenta um grande número de servidores em potencial para se aposentarem, apresenta Crescimento Real de Salários de 5% a.a. de média, a Receita do Município, deveria crescer na mesma proporção para dar conta destes crescimentos salariais vegetativos, e que está faltando ao Município realizar Impacto Atuarial, Orçamentário e Financeiro sobre Planos de Carreira, Estatuto e até mesmo para realizar concursos ou contratações, pois assim poderia se mensurar antecipadamente a repercussão de qualquer alteração nas finanças do Município incluindo as previdenciárias. Ainda, informou que pela primeira vez, o DRAA (Demonstrativo de Resultados de Avaliação Atuarial) será registrado no CADPREV, isso em pouco tempo, 3 anos, já possibilitará ao MPS, o cruzamento de dados e análise individualizada de cada RPPS. Ainda salientou a necessidade de manter-se um Cadastro de servidores bem atualizado, com o máximo de informações, para não gerar distorções no cálculo atuarial. Comentou ainda sobre os problemas previdenciários enfrentados em Portugal, onde acabou ocorrendo a quebra de 3 princípios considerados até então primordiais o da coisa julgada, o do direito adquirido e a irredutibilidade de salários, para que isso não aconteça, em alguns casos, nos RPPS no Brasil, é necessário seguir as regras previdenciárias, capitalizar os regimes ou ter-se-á sérios problemas logo ali adiante. Finalizando e discutido com os presentes, o parecer opinativo é pela manutenção do cálculo apresentado através da Nota Técnica 2978/2015, e que para 2016, façam-se a projeção de outros cenários do Plano de Custeio, mantido o Regime de Capitalização. A Nota Técnica será encaminhada ao Sr. Prefeito, que é o responsável perante ao MPS, pelo FABS. Nada mais havendo a constar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada.

  
Alfredo A. Obregon

  
Elisete Morin

  
Michael Gindri Bueno

  
João B. R. da Silva

  
Renato Alves Ribas

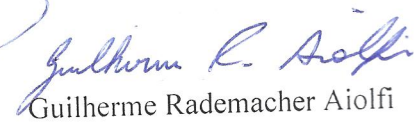
Luiz Ghellar  
(ausente)

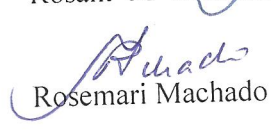
  
Sandra M. Back Ferreira

  
Gilberto Bomm

  
Rosani Mª Lima Stocker

  
Daiani Mello dos Santos

  
Guilherme Rademacher Aiolfi

  
Rosemari Machado

Demais Presentes:

